

CORREIO
CENTRO-OESTE



DIVULGAÇÃO

Programação gratuita reúne shows com música regional

2ª edição do Festival Nossas Raízes em Planaltina neste fim de semana

O Complexo Cultural de Planaltina (DF) recebe, no sábado (18) e no domingo (19), a 2ª edição do Festival Nossas Raízes, com programação gratuita dedicada ao samba, ao choro e ao forró. O evento reúne shows e oficinas abertas ao público, com atividades a partir das 14h e apresentações às 18h. O primeiro dia será voltado ao samba, com oficina de gafieira, oficina de percussão, apresentações de Khalil Santarem e Regional Severinas e discotecagem da DJ Maoli. No domingo, a programação terá oficina de percussão com o Trio Massapé, shows de Fuá da Paulinha e Lampião Elétrico e participação da DJ Sista L. As inscrições para as oficinas, destinadas a participantes a partir de 16 anos, serão disponibilizadas na página do festival no Instagram. A iniciativa busca promover o acesso à cultura e reunir moradores do Distrito Federal.

DF: aulas gratuitas de capoeira para elas

Estão abertas as inscrições para as oficinas gratuitas de capoeira do projeto Mulheres Fortes, que serão realizadas no sábado (18), no domingo (19) e, novamente, no próximo dia 25, a partir das 14h, na Associação Cultural Arena Capoeira, na Colônia Agrícola Riacho Fundo (DF). As atividades, abertas à comunidade, são voltadas ao fortalecimento da liderança feminina por meio da cultura popular. A programação inclui transmissões online sobre maculelê e samba de roda e será encerrada com um batizado de capoeira.

DIANE GOMES/DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA BRASÍLIA



Projeto Mulheres Fortes atende na Colônia Agrícola Riacho Fundo

Justiça de Brasília condena o site Jusbrasil

A 15ª Vara Cível de Brasília condenou o Jusbrasil ao pagamento de indenização de R\$ 5 mil por disponibilizar ao público informações de um processo que tramitava sob sigilo. A decisão determinou a retirada definitiva do conteúdo da plataforma. O autor informou que dados ligados à sua honra, imagem e vida privada foram expostos. O juízo entendeu que o sigilo dos autos também deve ser respeitado por terceiros e manteve a obrigação de impedir o acesso ao material. A decisão considerou a divulgação uma violação de direitos.

DF: R\$ 720 mil do Nota Legal aguardam retirada

Consumidores sorteados no primeiro sorteio do Nota Legal do Distrito Federal têm até segunda-feira (20) para informar os dados bancários e receber o prêmio no 2º lote de pagamentos. Quem perder esse prazo ainda poderá fazer o cadastro até 21 de agosto, com depósito previsto para outubro. Até a última quarta-feira (15), mais de R\$ 720 mil ainda aguardavam resgate. O processo deve ser feito no site do programa.

Suspensão de atividades

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) suspendeu o expediente e as atividades presenciais na comarca de Morrinhos, de 13 a 24 de julho, devido às obras de reforma e revitalização do fórum local. Durante o período de suspensão, os servidores seguirão no regime de teletrabalho, realizando o atendimento ao público.

Vacinação itinerante

A Prefeitura de Sinop (MT) realiza, neste sábado (19) e no domingo (20), mais uma edição da vacinação itinerante, expandindo o acesso às vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). O atendimento será realizado das 14h às 20h, no Shopping Sinop, com todas as vacinas do Calendário Nacional de Imunização.

Vacinação de animais

A Prefeitura de Dourados (MS), por meio do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e da Coordenadoria de Bem-Estar e Proteção Animal, iniciou a vacinação antirrábica de cães e gatos acolhidos por protetores e organizações não governamentais (ONGs) no município. A ação protege a saúde dos animais e contribui para a segurança da população.

Educação integral

A Prefeitura de Goiânia (GO) projeta ofertar educação integral para 22,5 mil estudantes do ensino fundamental até 2028. Atualmente 12,6 mil alunos de 50 escolas municipais da capital já estudam integralmente. De acordo com a secretária municipal de Educação, Giselle Faria, a ampliação das vagas ocorrerá de forma gradual.

Crise fiscal

A prefeita de Várzea Grande (MT), Flávia Moretti, decretou situação de calamidade financeira na administração municipal e também no Departamento de Água e Esgoto (DAE). Os dois decretos estabelecem várias medidas de contenção de despesas para evitar a piora da crise fiscal. A decisão vem após o bloqueio judicial de R\$19 milhões nas contas do município.

Votação em trânsito

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) definiu os locais que receberão a votação em trânsito nas Eleições 2026. O serviço estará disponível nos municípios de Campo Grande e Dourados, permitindo que eleitores regulares possam votar fora de seu domicílio eleitoral, desde que solicitem previamente, entre 20 de julho e 20 de agosto de 2026.



A cabo Maria de Lourdes foi morta por Kelvin Barros em dezembro de 2025

Ex-soldado irá a Júri Popular em Brasília por caso de feminicídio

MPDFT sustentou que o caso não tinha relação direta com a atividade militar

O Tribunal do Júri de Brasília vai julgar o ex-soldado do Exército Brasileiro, Kelvin Barros da Silva, pelos crimes de feminicídio e destruição de cadáver contra uma cabo musicista da corporação.

A decisão foi obtida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e mantém a prisão preventiva do acusado. O processo seguirá para julgamento pelos jurados após o juízo reconhecer a existência de prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria.

De acordo com a decisão, a fase de instrução foi concluída com elementos considerados suficientes para o prosseguimento da ação penal. Com isso, caberá ao Conselho de Sentença analisar as acusações apresentadas pelo MPDFT e decidir sobre a responsabilidade criminal do réu pelos fatos atribuídos a ele.

O crime ocorreu em 5 de dezembro de 2025, nas dependências do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas.

Conforme a denúncia apresentada pelo MPDFT em 7 de janeiro deste ano, a militar foi morta com um golpe de faca. Em seguida, o investigado teria ateadado fogo ao local com a faca ainda cravada no pescoço da vítima, provocando a carbonização do corpo.

A conduta fundamentou também a acusação pelo delito de destruição de cadáver, previsto no Código Penal.

Após o homicídio, o então militar deixou o quartel e foi preso em flagrante poucas horas depois. Desde então, permanece detido por decisão da Justiça, que voltou a manter a medida cautelar ao determinar que o caso seja submetido ao Tribunal do Júri.

A denúncia foi recebida pelo Tribunal do Júri de Brasília em janeiro deste ano. Como o episódio aconteceu dentro de uma unidade militar, houve discussão sobre qual ramo do Judiciário seria responsável pelo julgamento.

O MPDFT defendeu que o feminicídio não tinha relação direta com a atividade militar e, por isso, deveria ser analisado pela Justiça comum.

O entendimento foi acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em decisão tomada em 8 de abril, a Corte definiu que o Tribunal do Júri de Brasília é competente para julgar as acusações de feminicídio e destruição de cadáver. Já a Justiça Militar ficou responsável pelos crimes relacionados ao incêndio, aos danos causados à estrutura da unidade militar e à eventual alteração do cenário para ocultação de provas.